Resoluções dos Órgãos do Município e Despachos de Processos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE SETEMBRO DE 2012

Moção A: “A reforma administrativa prevista na Lei nº 22/2012 de 30 de Maio foi elaborada de “régua, esquadro e compasso”, contra as populações e sem respeitar os autarcas. Consequentemente, esta Reforma Administrativa a ir por diante, vai provocar profundas divisões entre Freguesias, potenciar a instabilidade social, delapidar o serviço público, destruir a relação de proximidade existente entre eleitos e eleitores e, acima de tudo, fará com que se perca a identidade local de um povo. O Governo está isolado na defesa desta Reforma, na medida em que todos Partidos da Oposição com assento Parlamentar (PS,PCP,BE e PEV), bem como Associações Locais, Movimentos Distritais e Nacionais pela Defesa das Freguesias já se manifestaram contra a imposição desta lei. A “Manifestação em Defesa das Freguesias”, ocorrida no dia 31 de Março, em Lisboa, congregou a vontade de mais de 250 mil pessoas, oriundas de todo o território Nacional, incluindo as Ilhas, assim como as conclusões do II Encontro Nacional de Freguesias realizado no dia 15 de Setembro em Matosinhos. Facto que não pode ser desconsiderado pelos Governantes. O falhanço verificado na revisão da Lei Eleitoral reflete a inércia deste Governo para liderar esta reforma autárquica e deve servir de estímulo para a luta contra a extinção de Freguesias. O Governo acabará por ser derrotado pela sua estratégia, ficando preso na sua teia prepotente e autocrática. Face à situação atual conclui – se : a) Não existir um quadro político e social estável para aplicar esta Reforma Administrativa; b) A insistência nesta Lei causará sérios prejuízos ao processo eleitoral autárquico em 2013, uma vez que não existe tempo suficiente para uma eficaz, responsável e serena elaboração dos novos cadernos eleitorais; c) A identidade das Freguesias jamais será salvaguardada pela expressão “União das Freguesias”, pelo que está em causa a soberania e autonomia locais; d) Verificar-se uma ausência de referência concreta ao reforço de competências e recursos financeiros das Freguesias, limitando-se a elencar alguns domínios, mas deixando dependente a sua atribuição apenas em função “das suas específicas características demográficas”; e) A Lei da Reforma Administrativa não salvaguarda os direitos dos trabalhadores da administração local e, em particular, não garante a manutenção dos respetivos postos de trabalho após a consumação das agregações previstas; f) A Carta Europeia da Autonomia Local foi desrespeitada, na medida em que esta Reforma deveria ter sido precedida de consulta popular; g) Pode estar em causa a violação do Princípio da Igualdade, consagrado na Constituição da República Portuguesa, uma vez que a Lei nº 22/2012 favorece as Fre-

guesias que se agreguem voluntariamente: majoração de 15% nas transferências financeiras; h) A menos de um mês do fim do prazo de pronúncia, apenas algumas dezenas de Assembleias Municipais apresentaram mapas administrativos alternativos, facto que reflete a discordância e oposição do Poder Local. A Assembleia Municipal de Lousada, reunida em 28 de Setembro de 2012, delibera: 1 - Considerar que qualquer reforma da Reforma da Administração deve dar prioridade ao cumprimento do imperativo constitucional de criação das Regiões Administrativas, envolvendo os autarcas e populações; 2 - Repudiar a Lei nº 22/2012 de 30 de Maio; 3 - Considerar que o processo de reforma de administração local deve iniciar-se pela definição de um novo quadro de competências próprias das Juntas de Freguesia, bem como pela discussão da Lei das Finanças Locais e da Lei Eleitoral Autárquica; 4 - Considerar que a Reforma da Administração Local deve respeitar o princípio da adesão voluntária; 5 - Rejeitar a majoração prevista para as Freguesias que se agreguem voluntariamente, uma vez que não se deve utilizar o reforço dos recursos financeiros como “arma de arremesso” para impor uma reforma; 6 - Manifestar a determinação de continuar a defender autonomia e identidade locais; 7 - Exortar as Assembleias Municipais para não apresentarem nenhum mapa administrativo alternativo dentro do prazo de pronúncia; 8 - Sensibilizar a Associação Nacional de Municípios para, no seu Congresso, se manifestar contra esta Reforma Administrativa; 9 - Requerer à ANAFRE a aferição (junto do Tribunal Constitucional) da Constitucionalidade Sucessiva da Lei nº 22/2012 de 30 de Maio e da violação da Carta Europeia da Autonomia Local; 10- Remeter esta Moção ao senhor Presidente da República Portuguesa, senhor Primeiro-ministro, senhor Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, Líderes Parlamentares, ANAFRE, ANMP, aos órgãos de comunicação social locais e nacionais”.

Aprovada por 37 votos a favor e 12 abstenções.

Moção B: “ O acentuar do agravamento da situação de crise económica e social no país tem naturais reflexos ao nível da estrutura social e económica do nosso concelho. Muitas famílias lousadenses vêm-se obrigadas a grandes sacrifícios económico-financeiros para cumprirem as suas responsabilidades contributivas e fiscais perante as respetivas instituições governativas e municipais. A coligação Lousada Viva entende que as instituições governativas devem ser o garante para o apoio efetivo e primordial às famílias em situação de dependência social. No domínio de intervenção direta da Câmara Municipal está, entre outras possibilidades, a fixação das taxas do IMI. Pelo que, visto que as receitas municipais provenientes

deste imposto têm vindo a aumentar nos últimos anos; considerando que as novas regras de tributação e avaliação patrimonial têm surtido em avaliações exponenciais do património edificado, provocando aumentos substanciais no valor total do imposto a liquidar; e considerando ainda o término de muitas isenções atribuídas à primeira habitação de muitas famílias lousadenses; entende o grupo municipal da Coligação Lousada Viva que a Câmara Municipal está em condições orientar a sua política social para o apoio e ajuda às famílias lousadenses no geral e principalmente àquelas com maiores dificuldades. Assim, o grupo municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP, ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 13º do Regimento desta Assembleia Municipal, apresenta a seguinte moção: Deve a Câmara Municipal fixar a taxa de IMI, para o ano de 2013, sobre os prédios urbanos, em 0,3% mantendo inalteradas as outras taxas existentes sobre imóveis”.

Reprovada por 30 votos contra e 19 votos a favor.

Moção C: “O Grupo Municipal do Partido Socialista de Lousada vem por este meio apresentar uma moção de protesto face ao fim anunciado do período de discriminação positiva das ex-SCUT, nomeadamente A42 e A41, em defesa do superior interesse dos Lousadenses, por entender que este se trata de mais um ataque aos cidadãos, ao poder de compra e à saúde financeira das empresas da região, exigindo a continuidade futura deste mecanismo de discriminação positiva. Porque o fizemos anteriormente em relação às SCUT e ao posicionamento do anterior governo, voltamos a manifestar o nosso desagrado, desta vez contra o fim da discriminação positiva, apesar desta já de si, não ser a melhor solução. Numa altura em que são pedidos cada vez mais sacrifícios aos Portugueses, seja mediante o aumento dos impostos quer na diminuição real dos salários, numa altura em que o combustível não pára de aumentar e o desemprego dispara numa das regiões mais jovens, populosas e sensíveis do país, estas auto-estradas revestem-se de uma importância extrema para a dinâmica empresarial da nossa região, servindo como um auxiliar de trabalho fundamental, quer para os cidadãos que trabalham na região do grande Porto, quer para as empresas que usam regularmente estas vias, de modo a colmatar a ausência de encomendas na região, dando particular importância à exportação. Por todos estes factos, propomos a todos os membros da Assembleia Municipal de Lousada a aprovação unânime desta moção, que deverá ser enviada para a Presidência da República Portuguesa, gabinete do Primeiro-ministro e gabinete do Ministro das Economia e do Emprego”.

Aprovada por unanimidade de 49 votos.

Moção D: “Como é sabido, o Município de Lousada teve, a partir de 2002, uma quebra brutal nas suas receitas, por força da alteração legislativa que se verificou na tributação do património que criou o IMI (imposto municipal sobre imóveis) e extinguiu a CA (contribuição autárquica). Na verdade, entre 2003 e 2010, o Município de Lousada perdeu 3.589.885,84 euros correspondente a 143,79% da receita de 2002. Apesar disso, a Câmara

Municipal foi das primeiras a aprovar uma alteração das zonas homogêneas do Município a que se aplicam diferentes coeficientes de localização (zonamento), para efeitos de determinação do valor patrimonial tributário – cf. deliberação de 7 de novembro de 2005 -, tendo reduzido os coeficientes máximos de localização e alterado profundamente o zonamento em grande parte do concelho, sempre em benefício do contribuinte. Acresce que, em 28 de novembro de 2008 esta Assembleia Municipal deliberou reduzir a taxa de IMI de 0,8% para 0,7% no que concerne a prédios rústicos e urbanos, e de 0,5% para 0,4% no que respeita a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Por outro lado, esta Câmara tem prescindido sucessivamente da receita da derrama. É certo que a Lei já discrimina positivamente os proprietários com poucos recursos económicos. Com efeito, segundo o disposto no n.º 1 do artigo 48.º do EBF (Estatuto dos Benefícios Fiscais) “Ficam isentos de imposto municipal sobre imóveis os prédios rústicos e urbanos destinados a habitação próprias e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que sejam efetivamente afetos a tal fim, desde que o rendimento bruto total do agregado familiar, englobado para efeitos de IRS, não seja superior a 2,2 vezes o valor anual do IAS e o valor patrimonial tributário global da totalidade dos prédios rústicos e urbanos pertencentes ao sujeito passivo não exceda 10 vezes o valor anual do IAS”. Não obstante, não podemos esquecer que a classe média tem sofrido nos últimos tempos, particularmente no último ano, um ataque sem precedentes, num caminho que, a ser seguido, levará à sua extinção. Não podemos também perder de vista que as autarquias locais têm sido fortemente penalizadas nos últimos tempos, num ataque, igualmente sem precedentes, à autonomia do poder local, uma das grandes conquistas de Abril. Por fim, devemos ter em consideração que o governo determinou uma avaliação geral de todos os prédios urbanos, a qual ainda se encontra a decorrer, sendo expectável que a receita possa subir, muito embora ainda se saiba em que medida é que isso possa vir a acontecer, uma vez que ao aumento do valor patrimonial tributário contrapõe-se uma redução da taxa de 0,7 para 0,4. Nestes termos, o Grupo Municipal do PS propõe que seja sugerido à Câmara Municipal uma redução da taxa de IMI para um valor a determinar em função da informação que obtiver das finanças quando à receita prevista para 2012”.

Aprovada por 33 votos a favor, 10 abstenções e 5 contra.

Proposta n.º 1: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do n.º 1 do art.º 6º dos Estatutos da Empresa Municipal – Lousada Séc. XXI, no qual se dispõe que «O capital estatutário e de três milhões, oitocentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos, detido integralmente pelo Município de Lousada» e passará a ter a seguinte redação «O capital estatutário é de cinquenta mil euros, detido integralmente pelo Município de Lousada»”.

Aprovada por 45 votos a favor 2 abstenções.

Proposta n.º 2: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Ação Social Escolar para a Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, conforme estabelece a alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro”.

Aprovada por 36 votos a favor e 9 abstenções.

Proposta n.º 3: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por três anos plurianuais, referente à prestação de serviços de manutenção a equipamentos, adjudicada à firma SOREVCO – Instalação de Aparelhos de Refrigeração e Ar Condicionado, tendo em conta que embora a execução do concurso seja para o prazo de 2 anos a mesma terá efeitos em 3 anos civis, no ano de 2012: 2.812,50• + Iva à taxa de 23%; no ano de 2013: 11.250,00• + Iva à taxa de 23%, e no ano de 2014: 8.437,50 + Iva à taxa de 23%, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012”.

Aprovada por 45 votos a favor e 1 abstenção.

Proposta n.º 4: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de atribuição das despesas de representação aos titulares de cargos de dirigentes, nos termos do n.º 1 e 2 do art.º 24 da lei 49/2012 de 29 de Agosto”.

Aprovada por unanimidade de 46 votos.

Proposta n.º 5: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao Orçamento da Despesa e da Receita e segunda revisão ao Plano Plurianual de Investimentos nos termos da alínea b) do n.º 2 do art. 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.

Aprovada por unanimidade de 46 votos.

Proposta n.º 6: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, pelo órgão executivo para os encargos que não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos”.

Aprovada por unanimidade de 46 votos.

Proposta n.º 7: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Lousada, conforme estabelece a alínea a) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro”.

Aprovada por 45 votos a favor e 1 abstenção.

Proposta n.º 8: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do ponto dez, quadro trinta e seis do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e outras Receitas Municipais, conforme estabelece a alínea a) do n.º 2 do

art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro”.

Aprovada por unanimidade de 46 votos.

Proposta n.º 9: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada autorização para delegar na Junta de Freguesia de Macieira a competência para a gestão da Feira Retalhista de São Gonçalo, mediante a celebração de protocolo, em cumprimento do estabelecido no n.º 1 e alínea e) do n.º 2 do art.º 66º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro”.

Aprovada por unanimidade de 46 votos.

Proposta n.º 10: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor ao atleta lousadense da Associação do Porto de Paralisia Cerebral, Miguel Ângelo Oliveira pela conquista do título de campeão europeu de tricicleta”.

Aprovada por unanimidade de 48 votos.

Proposta n.º 11: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio em memória de Mário Fernando Ribeiro Pacheco da Fonseca, membro desta Assembleia desde 1985 e presidente desde 1990. Homem de causas nobres, devotou-se a Lousada e às suas gentes de forma apaixonada, profundamente identificado com as suas necessidades e aspirações através de uma participação e atividade cívica exemplar sempre na defesa intransigente dos interesses do concelho. Se o seu humanismo, espírito solidário e consciência social se manifestaram, especialmente, junto dos mais pobres e desprotegidos, o seu amor a Lousada ficou evidenciado no envolvimento nas mais variadas instituições locais, onde contribuiu, de forma ativa e permanente, para a construção de um concelho melhor”.

Aprovada por unanimidade de 49 votos.

Proposta n.º 12: “O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe: presidente Maria de Lurdes Oliveira e Castro e 1º secretário Joaquim José da Silva Rocha”.

Aprovada por 36 votos a favor, 7 brancos, 1 contra e 1 nulo, por escrutínio secreto.

Proposta n.º 13: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente, concordando na íntegra com o parecer apresentado pela Câmara Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade, propõe que a pronúncia da Assembleia Municipal seja no sentido de não apresentar qualquer projeto de reorganização administrativa do território das freguesias, com os fundamentos constantes do referido parecer, e de manifestar junto da Assembleia da República a sua oposição a esta reorganização administrativa, reclamar e peticionar junto das forças político-partidárias com assento na Assembleia da República que promovam todas as iniciativas de âmbito legislativo, nos termos e para os eleitos do disposto na Constituição da República Portuguesa, por forma a garantir a revogação de toda a legislação que visa extinção, fusão ou agregação de freguesias”.

Aprovada por 35 votos a favor, 2 abstenções e 2 contra.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE URBANISMO

Relação das decisões proferidas pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Daniel Machado Gomes, no uso da competência consignada na alínea a) do n.º 5 do artigo 64 (Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reedificação, utilização, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos) que lhe foi subdelegada pelo Sr. Presidente em conformidade com o n.º 2 do Artigo 65º do decreto-lei n.º 169/99 de 18 de Setembro.

Despacho de 10.08.2012 - Declarada a caducidade da licença do seguinte procedimento:

Proc. n.º 132/03Alv. n.º 83/04 - Licenciamento de obras de construção de pavilhão para fins agrícolas, sito em Lugar de São Pedro, freguesia de Cernadelo, em nome de Maria Joaquina de Sousa Ferreira.

Despacho de 03.09.2012 - Pedidos de licenciamento de obras (Licença Especial – art.º 88º RJUE) aprovados:

Proc. n.º 161/00 1.º Alv. n.º 41/01 - Licenciamento de obras de construção (Licença Especial para Obras Inacabadas) de edifício destinado a habitação multifamiliar, sito em Lugar de Calvário, freguesia de Silvares, em nome de Fielixa, Unipessoal, Lda, inicialmente em nome de José Luís de Sousa Moraes;

Proc. n.º 167/06 1.º Alv. n.º 123/08 - Licenciamento de obras de construção (Licença Especial para Obras Inacabadas) de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em Lugar de Monte de Cima, freguesia de Torno, em nome de Fernando da Cunha Torres, inicialmente em nome de Eduardo Teixeira Torres.

Despacho de 03.09.2012 - Pedido de prorrogação do prazo de execução de obras aprovado:

Proc. n.º 126/08 Alv. n.º 93/09 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de Salgueiros, freguesia de Casais, em nome de Olga Regina Santos Ferreira, inicialmente em nome de Joaquim Moura Ferreira da Costa.

Despacho de 03.09.2012 - Pedido de averbamento de requerente aprovado:

Proc. n.º 52/11 - Averbamento de requerente de procedimento para construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de Rochão, freguesia de Pias, a favor de Maria Isabel Silva Sousa, inicialmente em nome de Maria Manuela Silva Pacheco.

Despacho de 06.09.2012 - Pedido de licenciamento de obras aprovado:

Proc. n.º 34/OL/12 - Licenciamento de obras de abertura de entrada/colocação de portão, em fração "A" de prédio sito em Av. Srª do Padrão – n.º 184, freguesia de Barrosas Santo Estêvão, em nome de Hugo Alexandre Ferreira de Oliveira.

Despacho de 06.09.2012 - Pedidos de prorrogação do prazo de execução de obras aprovados:

Proc. n.º 18/CP/09 Lote n.º 4 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de Estrada (Lote n.º 4),

freguesia de Pias, em nome de Artur da Costa Teixeira & Filhos, Lda.;

Proc. n.º 19/CP/09 Lote n.º 5 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de Estrada (Lote n.º 5), freguesia de Pias, em nome de Artur da Costa Teixeira & Filhos, Lda.;

Proc. n.º 20/AUT/06 1.º Alv. n.º 200/07 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar e anexo, sito em lugar de Monte de Cima, freguesia de Torno, em nome de Joaquim Fernando Nogueira Marinho;

Proc. n.º 61/08 1.º Alv. n.º 85/10 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de São Jorge, freguesia de Boim, em nome de Paulo Rodrigo Ramalho Novais Magalhães;

Proc. n.º 62/08 1.º Alv. n.º 86/10 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de São Jorge, freguesia de Boim, em nome de Paulo Rodrigo Ramalho Novais Magalhães;

Proc. n.º 27/CP/09 Lote n.º 13 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em lugar de Arcas (Lote n.º 13), freguesia de Cristelos, em nome de Antero Jorge Moreira Ribeiro;

Proc. n.º 223/07 1.º Alv. n.º 95/10 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação bifamiliar e muro, sito em lugar de Carreira Branca, freguesia de Meinedo, em nome de António Joaquim Carvalho da Silva;

Proc. n.º 189/06 1.º Alv. n.º 5/08 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a moradia, sito em lugar de Vilela, freguesia de Aveleda, em nome de Augusto Fernando Ferreira.

Despacho de 06.09.2012 - Pedido de prorrogação do prazo de execução de obras aprovado:

Proc. n.º 70/11 Alv. n.º 21/12 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de anexo de apoio à habitação, sito em Rua da Costa Verde – n.º 3, freguesia de Cristelos, em nome de Adão José de Magalhães Martins.

Despacho de 06.09.2012 - Pedido de licenciamento de obras (Licença Especial – art.º 88º RJUE) aprovado:

Proc. n.º 195/03 1.º Alv. n.º 68/09 - Licenciamento de obras de construção (Licença Especial para Obras Inacabadas) de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em Lugar de Coutada/Gens, freguesia de Aveleda, em nome de José de Jesus Martins.

Despacho de 06.09.2012 - Pedido de licenciamento de obras (Alterações) aprovado:

Proc. n.º 220/05 1.º Alv. n.º 71/08 - Licenciamento de obras de construção (Alterações) de edifício destinado a habitação unifamiliar, sito em Lugar de Rua Nova, freguesia de Lustosa, em nome de Raúl Monteiro Alves.

Despacho de 06.09.2012 - Pedido de averbamento de requerente aprovado:

Proc. n.º 68/87 1.º Alv. n.º 1317/87 - Averbamento de requerente de procedimento para construção de edifício destinado a habitação e comércio, sito em lugar de Agrela, freguesia de Aveleda, a favor de Pedro Filipe Sousa Gomes dos Reis, inicialmente em nome de António Fernando Cardoso Gomes dos Reis.

Despacho de 06.09.2012 - Declarada a caducidade do despacho de aprovação do seguinte procedimento:

Proc. n.º 55/OL/09 - Licenciamento de obras de construção de pilares e colocação de portão, sito em Travessa do Bairral – Porta 2, freguesia de Covas, em nome de José Fernando Coelho da Costa.

Despacho de 06.09.2012 - Pedido de concessão de alvará de utilização aprovado:

Proc. n.º 5/02 Alv. n.º 130/05 - Concessão de alvará de utilização para ocupação de edificação (Anexo), sito em lugar de Carvalhal, freguesia de Ordem, em nome de Joaquim Fernando Pinheiro da Mota.

Despacho de 06.09.2012 - Pedidos de concessão de alvará de utilização aprovados:

Proc. n.º 165/05 Alv.n.º19/08 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Plaina, freguesia de Figueiras, em nome de José António Ribeiro Pinto;

Proc. n.º 257/82 Alv.n.º893/82 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Lama, freguesia de Nevogilde, em nome de José Carlos Ferreira Pinto;

Proc. n.º 227/06 Alv.n.º93/08 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Monte, freguesia de Nevogilde, em nome de Gonçalo Natalino Moreira de Meireles Brandão;

Proc. n.º 82/07 Alv.n.º48/08 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Penas, freguesia de Lustosa, em nome de Hélder Filipe Teixeira Gonçalves;

Proc. n.º 213/02 Alv. n.º 110/04 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Rua de Casas Novas – n.º 450, freguesia de Covas, em nome de Conceição Natália Barbosa Coelho de Sousa.

Despacho de 10.09.2012 - Pedido de licenciamento de obras aprovado:

Proc.n.º39/12 - Licenciamento de obras de construção de edifício destinado a habitação unifamiliar (de rés-do-chão+andar) e anexo, sito em Rua da Planície – n.º 54, freguesia de Lodares, em nome de Paula Maria Ribeiro Teixeira.

Despacho de 10.09.2012 - Pedidos de prorrogação do prazo de execução de obras aprovados:

Proc. n.º 380/00 Alv. n.º 369/02 Lote n.º1 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação, sito em lugar de Paço, freguesia de Covas, em nome de Maria Helena Pereira Tristão Meireles Lopes;

Proc. n.º 305/87 1.ºAlv.n.º 573/88 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a armazém de materiais, lubrificação de viaturas e

escritórios, sito em lugar de Sra. do Avelar, freguesia de Pias, em nome de Joaquim da Silva Caetano, inicialmente em nome de Adolfo Pinto & Mota, Lda.;

Proc. n.º 143/08 Alv. n.º 100/10 - Prorrogação do prazo de execução de obras de construção de edifício destinado a habitação e muro, sito em lugar de Sanguinha, freguesia de Meinedo, em nome de Diana Francisca Gomes Ferreira Almeida.

Despacho de 10.09.2012 - Pedido de licenciamento de obras (Licença Especial – art.º 88º RJUE) aprovado:

Proc. n.º 147/08 1.ºAlv. n.º 2/10 - Licenciamento de obras (Licença Especial para Obras Inacabadas) para ampliação de edifício destinado a restaurante e construção de esplanada, sito em Lugar de Carrizado, freguesia de Ordem, em nome de José Alberto Magalhães da Rocha.

Despacho de 10.09.2012 - Pedido de licenciamento de obras (Alterações e Nova Licença) aprovado:

Proc. n.º 94/94 1.º Alv. n.º 206/99 - Licenciamento de obras (Alterações e Nova Licença) para construção e ampliação de edifício destinado a habitação, sito em Lugar de Cristelo, freguesia de Lustosa, em nome de Joaquim Carlos Pereira Costa, inicialmente em nome de António Pereira da Costa.

Despacho de 10.09.2012 - Pedidos de concessão de alvará de utilização aprovados:

Proc. n.º 238/97 Alv. n.º 1004/97 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Rua de Santa Maria Maior – n.º 1579, freguesia de Meinedo, em nome de António Mesquita Moreira;

Proc. n.º 129/04 Alv. n.º 178/07 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em lugar de Sobreira, freguesia de Caide de Rei, em nome de Sérgio Acácio Leal Moreira, inicialmente em nome de Maria Emília de Sousa;

Proc. n.º 21/04 Alv. n.º 45/05 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em Rua da Agra – n.º 268, freguesia de Lustosa, em nome de João Paulo Neto Ferreira;

Proc. n.º 103/AUT/02 Alv. n.º256/03 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em lugar de Vila Chã (Lote n.º 70), freguesia de Boim, em nome de Adão Pedro Ferreira Teixeira;

Proc. n.º 61/07 Alv. n.º 77/08 - Concessão de alvará de utilização referente edifício destinado a habitação, sito em lugar de Cancela Nova, freguesia de Silvares, em nome de Abílio Rui Duarte Pacheco.

Despacho de 12.09.2012 - Pedido de Licença/autorização de utilização para habitação e/ou ocupação aprovado:

Proc. n.º 125/94 Alv. Lic. n.º34/01 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em S. Domingos, n.º 25 (fração “AB”), freguesia do Torno, em nome de Joaquim Sousa Vieira.

Despacho de 13.09.2012 - Pedido de destaque de processo de obras particulares aprovado:

Proc. n.º 152/RSP/12 - Concessão de alvará para destaque de uma única parcela de destaque, sito em Barroco,

freguesia de Cernadelo, em nome de António Mendes Ferreira.

Despacho de 19.09.2012 - Pedidos de Licença/autorização de utilização para habitação e/ou ocupação aprovados:

Proc. n.º 178/06 Alv. Lic. n.º 131/10 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em rua da Feira, n.º 187, freguesia de Caíde de Rei, em nome de Paulo Jorge Vieira Mendes;

Proc. n.º 334/99 Alv. Lic. n.º 350/00 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em lugar do Ribeiro, freguesia de Figueiras, em nome de António Jorge Bessa Peixoto;

Proc. n.º 358/87 Alv. Lic. n.º 1305/87 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em Uchas, freguesia de Aveleda, em nome de Joaquim Teixeira dos Santos.

Despacho de 19.09.2012 - Pedido de alterações (construção de muros) do processo de obras particulares aprovado:

Proc. n.º 442/97 Alv. Lic. n.º 411/99 - Construção de edifício destinado a habitação, sito em Fontainhas, freguesia do Barrosas (Santo Estêvão), em nome de José Luís Ferreira Pereira.

Despacho de 24.09.2012 - Processo de Obras Particulares aprovado:

Proc. n.º 35/OL/12 - Construção de muro, sito em Travessa Nossa Senhora da Conceição, N.º 17, freguesia de Cristelos, em nome de Manuel Jorge Duarte Ferreira.

Despacho de 24.09.2012 - Pedido de alterações (comunicação prévia) do processo de obras particulares aprovado:

Proc. n.º 86/05 Alv. Lic. n.º 236/07 - Construção de edifício destinado a habitação, sito em lugar de Vila Verde, freguesia de Caíde de Rei, em nome de Óscar Dinis de Freitas Ribeiro, inicialmente em nome de Maria do Carmo Ribeiro.

Despacho de 24.09.2012 - Pedido de prorrogação de licença do processo de obras particulares aprovado:

Proc. n.º 43/94 Alv. Lic. n.º 1056/94 - Construção de edifício para exposição e venda de mobiliário, sito em Além de Cima, freguesia de Figueiras, em nome de Joaquim de Sousa Leal.

Despacho de 24.09.2012 - Pedido de prorrogação da comunicação prévia admitida do processo de obras particulares aprovado:

Proc. n.º 50/CP/09 - Alteração de função e alteração de interiores da fração "C", sito em Bouça, freguesia de Noqueira, em nome de Joaquim da Silva Ribeiro.

Despacho de 24.09.2012 - Pedidos de Licença/autorização de utilização para habitação e/ou ocupação aprovados:

Proc. n.º 261/94 Alv. Lic. n.º 134/96 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em Zona Industrial S. Jorge (lote n.º 6), freguesia de Boim, em nome de Lousalu – Alumínios de Lousada, Lda.;

Proc. n.º 2/CP/09 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em Cimo de Vila (lote n.º 1,

freguesia de Vilar do Torno e Alentém, em nome de Francisco Artur dos Santos Mendes.

Despacho de 25.09.2012 - Pedido de Licença/autorização de utilização para habitação e/ou ocupação aprovados:

Proc. n.º 39/AUT/05 Alv. Aut. n.º 58/06 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em Ronfe (lote n.1), freguesia de Meinedo, em nome de José da Cunha;

Proc. n.º 87/10 Alv. Lic. n.º 27/11 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em lugar Alto de Vinça, freguesia de Casais, em nome de Estruton – Sociedade de Construções Unipessoal, Lda.;

Proc. n.º 94/06 Alv. Lic. n.º 74/09 - Pedido de autorização de utilização referente a um prédio, sito em Estrada Santa Maria de Sousela, freguesia de Sousela, em nome de Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Nossa Senhora da Expectação de Sousela.

Despacho de 25.09.2012 - Pedido de Propriedade Horizontal aprovado:

Proc. n.º 87/10 Alv. Lic. n.º 27/11 - Pedido de propriedade horizontal referente a um prédio, sito no lugar de Alto da Vinça, freguesia de Casais, em nome de Estruton – Sociedade de Construções Unipessoal, Lda.

ANÚNCIO (DMU)

Torna-se público que se encontra a tramitar nesta Câmara Municipal um pedido de alteração de licença de loteamento que incide sobre o lote n.º4, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 11/01, concedido a Tarrão – Empreendimentos Imobiliários, Lda. (anteriormente em nome de António Cândido Neto Pereira Lousada) e formulado por António da Cunha Soares de Moura, proprietário do referido lote.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, diploma com a redação concedida pelo D-L n.º 26/2010, de 30 de Março, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público que os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento, têm o direito de se pronunciarem, querendo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com início no dia seguinte à publicação do presente aviso, sobre o pedido de alterações. Na falta de resposta, no prazo referido, considerar-se-á que nada têm a opor à alteração da licença da operação de loteamento.

Para tanto, informa-se que o respetivo processo encontra-se disponível para consulta dos interessados, todos os dias úteis, das 9,00H às 12,30H e das 14,00H às 17,30H, na Câmara Municipal de Lousada.

Lousada, 06 de agosto de 2012

Por delegação de competências do Sr. Presidente da Câmara

(despacho de delegação de 2009/11/02)

O Vereador do Pelouro do Urbanismo
(Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.)

AVISO N.º 142/2012 (DMU)

Nos termos do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção concedida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, torna-se público que a Câmara Municipal de Lousada, emitiu em 13 de agosto de 2012, as alterações ao lote n.º 2 do Alvará de Loteamento n.º 13/00 em nome de Delfim Vicente Ferreira Soares Moura Magalhães, sito no lugar de Torre, freguesia de Pias, estando o referido lote em nome de José Carlos Magalhães Morais, e que a seguir se transcrevem:

Alteração à área do lote n.º 2, tendo sido criados mais dois lotes, a seguir discriminados:

Lote n.º 2:

- A área do lote passa a ser de 462 m²;
- A área de implantação passa a ser de 145,00 m²;
- A área bruta de construção passa a ser de 310,00 m² (dos quais 20,00 m² são para anexo), para habitação bifamiliar, 2 fogos.

Lote n.º 3:

- A área do lote passa a ser de 288,00 m²;
- A área de implantação passa a ser de 109,50 m²;
- A área bruta de construção passa a ser de 199,50 m², para habitação unifamiliar, unifogo.

Lote n.º 4:

- A área do lote passa a ser de 390,00 m²;
- A área de implantação passa a ser de 109,50 m²;
- A área bruta de construção passa a ser de 219,00 m², para habitação unifamiliar, unifogo.

Alterando da mesma forma a área do prédio a lotear que passa a ser de 2 180 m² (com a proveniência de 310 m² de terreno do prédio - artigo rústico 304), a área total de construção que passa a ser de 988,50 m², o número de total de fogos que passa a ser de cinco, o número de lotes que passa a ser de quatro e o volume total de construção que passa a ser de 3 581,50 m³, mantendo-se os restantes dados contidos no Aviso inicial.

Paços do Município, 21 de agosto de 2012

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, Dr.

AVISO N.º 161/2012 (DMU)

Nos termos do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção concedida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, torna-se público que a Câmara Municipal de Lousada, emitiu em 07 de setembro de 2012, as alterações ao lote n.º 7 do Alvará de Loteamento n.º 1/90 em nome de Maria Idalina Sanches de Miranda, sito no lugar de Corgo/Sanguinha, freguesia de Meinedo, estando o referido lote em nome de Manuel Vítorino Pereira Neto, e que a seguir se transcrevem:

As alterações introduzidas no presente Loteamento foram as seguintes:

Lote n.º 7:

- A área bruta de construção passa a ser de 352,00 (sendo 62,00 m² para anexo), destinada a habitação unifamiliar unifogo e serviços (cabeleireira), mantendo-se os restantes dados contidos no Aviso inicial.

Paços do Município, 17 de setembro de 2012

O Vereador do Pelouro de Urbanismo,
(Competência delegada por despacho do
Sr. Presidente da Câmara de 2009/11/02)

Pedro Machado, Dr.

AVISO N.º 163/2012 (DMU)

Nos termos do decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção concedida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, torna-se público que a Câmara Municipal de Lousada, emitiu em 20 de setembro de 2012, as alterações ao lote n.º 3 do Alvará de Loteamento n.º 1/2001 em nome de Maria de Fátima Mesquita Ribeiro e outros, sito no lugar de Almeida, freguesia de Caíde de Rei, estando o referido lote em nome de Maria de Fátima Mesquita Ribeiro, e que a seguir se transcrevem:

- Passa a existir um anexo;
- A área de implantação passa a ser de 145,00 m²;
- A área bruta de construção passa a ser de 286,86 m², dos quais 46,86 m² são para anexo.

Alterando da mesma forma a área total de construção que passa a ser de 3 117,150 m², mantendo-se os restantes dados contidos no Aviso inicial.

Paços do Município, 21 de setembro de 2012

O Vereador do Pelouro de Urbanismo,
(Competência delegada por despacho do
Sr. Presidente da Câmara de 2009/11/02)
Pedro Machado, Dr.

ANÚNCIO (DU)

Torna-se público que se encontra a tramitar nesta Câmara Municipal um pedido de alteração de licença de loteamento que incide sobre o lote n.º 19, titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 6/94, concedido a Abílio José Moreira Ribeiro de Bessa (anteriormente em nome de Jorge Mário Moreira Ribeiro de Bessa) e formulado por Jorge Guilherme de Lemos Gomez Ribeiro de Bessa, proprietário do referido lote, sito em Real, freguesia da Ordem, deste concelho.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, diploma com a redacção concedida pelo D-L n.º 26/2010, de 30 de Março, e ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, torna-se público que os proprietários dos lotes constantes do referido alvará de loteamento, têm o direito de se pronunciarem, querendo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, com início no dia seguinte à publicação do presente aviso, sobre o pedido de alterações. Na falta de resposta, no prazo referido, considerar-se-á que nada têm a opor à alteração da licença da operação de loteamento.

Para tanto, informa-se que o respetivo processo encontra-se disponível para consulta dos interessados, todos os dias úteis, das 9,00H às 12,30H e das 14,00H às 17,30H, na Câmara Municipal de Lousada.

Lousada, 21 de setembro de 2012

Por delegação de competências do Sr. Presidente
da Câmara

(despacho de delegação de 2009/11/02)
O Vereador do Pelouro de Urbanismo
(Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.)

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS E AMBIENTE
AVISO

Tarifas sociais de abastecimento de água e saneamento
Para facilitar o acesso dos utilizadores aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento, por razões sociais, ambientais e de saúde pública, a Câmara Municipal de Lousada, passou a **reduzir as tarifas pela execução de ramais de água e saneamento em 20 pontos percentuais em cada exercício económico**, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, por forma a suprimir a cobrança destes valores no prazo de cinco anos.

Esta redução das tarifas pela execução de ramais de água e saneamento perfaz 60 pontos percentuais em 2012. Assim, em 2012, o custo do ramal de abastecimento de água perfaz a quantia de 114,48 euros e o de saneamento 122,46 (IVA incluído). Acresce que esses valores podem ser pagos em 12 prestações mensais.

De modo a ajudar quem mais precisa, a Câmara Municipal de Lousada, em reunião de 7 de Dezembro de 2009 e 2 de

Maio de 2011, deliberou a criação de **tarifas sociais** para utilizadores finais domésticos (aqueles que usem os prédios urbanos para fins habitacionais). Os utilizadores finais domésticos cujo rendimento bruto total do agregado familiar englobado para efeitos de IRS não seja superior ao valor anual da retribuição mínima mensal garantida, passaram a beneficiar da **isenção das tarifas pela execução de ramais** até 20 metros de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, bem como da **isenção das tarifas de disponibilidade**, pagando apenas as tarifas de utilização do serviço. Por sua vez, os utilizadores finais domésticos cujo rendimento bruto total do agregado familiar englobado para efeitos de IRS não seja superior ao dobro do valor anual da retribuição mínima mensal garantida, passaram a beneficiar de uma redução de 50% das tarifas pela execução de ramais e das tarifas de disponibilidade.

Lousada, 10 de Julho de 2012

O vereador do pelouro do Ambiente,
Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.

RESULTADOS DO CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA DISTRIBUÍDA À POPULAÇÃO 2012
Relatório Mensal (setembro 2012)

Em cumprimento com o estabelecido na alínea 1 do art.º8 do Decreto-Lei n.º 306/07, de 27 de Agosto, a Câmara Municipal de Lousada executa um programa de controlo da qualidade da água para consumo humano apresentado

à autoridade competente (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos) e informa os munícipes sobre os resultados obtidos nas análises de demonstração de conformidade com as normas de qualidade.

Parâmetros Analisados*	Análises Realizadas	Unidades	Valores Obtidos		Decreto-Lei n.º 306/07		
			Min.	Max.	V.P.	> V.P.	% > V.P.

Análises do Tipo Controlo Rotina 1

Bactérias Coliformes	6	N/100mL	0	1	0	0	0%
Cloro residual disponível	6	mg/l Cl2	0,10	0,82	—	—	—
Escherichia coli	6	N/100mL	0	1	0	0	0%

Análises do Tipo Controlo Rotina 2

Amónio	2	mg/INH4	<0.05	<0.05	0,5	0	0%
Cheiro	2	Fact. Diluic.	<1	1	3	0	0%
Clostridium Perfringens	2	N/100mL	0	0	0	0	0%
Condutividade a 20°C	2	µS/cm	45	57	2500	0	0%
Cor (após filtração simples)	2	mg/L Pt-Co	<3	<3	20	0	0%
Número de colónias a 22°C	2	N/mL	0	53	100	0	0%
Número de colónias a 37°C	2	N/mL	0	48	20	0	0%
Oxidabilidade	2	mg/L O2	1,7	2,4	5	0	0%
pH	2	-	6,5	7,9	6,5 – 9,0	0	0%
Sabor	2	Factor diluição	<1	<1	3	0	0%
Turvação	2	NTU	<1	<1	4	0	0%
Alumínio	1	Mg/Al	110	110	200	—	0%
TOTAL**	41					0	0%

[*]Apenas são apresentados os parâmetros mais relevantes, os restantes estão disponíveis nos serviços do município.

[**]Resultados referentes à totalidade dos parâmetros, incluindo os disponíveis nos serviços do município.